



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3284

Presidente da Mesa Diretora: Carlos Welth Pimenta de Figueiredo

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Orçamento

Autoria: Executivo Municipal

Data: 28/09/1990

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI S/Nº/1990. Estima a receita e fixa a despesa do Município de Montes Claros para o exercício financeiro de 1991. (Referente à Lei nº 1.878, de 10/12/1990).

Controle Interno – Caixa: 18.1 **Posição:** 03 **Número de folhas:** 08

Observação: A descrição orçamentária encontra-se no arquivo físico. Trata-se de anexo contendo 155 páginas. Disponível para pesquisa *in loco*.

LEI ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

LEI Nº.....DE.28.DE.Setembro DE.1990.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Montes Claros para o exercício financeiro de 1991.

A Câmara Municipal de Montes Claros decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O orçamento do Município de Montes Claros, para o exercício financeiro de 1991 estima a receita em CR\$ 19.682.909.600,00 (Dezenove Bilhões, Seiscentos e Oitenta e Dois Milhões, Novecentos e Nove Mil e Seiscentos Cruzeiros), sendo CR\$ 17.192.000.000,00 (Dezessete Bilhões, Cento e Noventa e Dois Milhões de Cruzeiros) para a Administração Direta e CR\$ 2.490.909.600,00 (Dois Bilhões, Quatrocentos e Noventa Milhões, Novecentos e Nove Mil e Seiscentos Cruzeiros) para a Administração Indireta.

Art. 2º - A receita será realizada, na forma da legislação em vigor, obedecendo os seguintes desdobramentos:

a) Administração Direta CR\$ 17.192.000.000,00

1- Receitas Correntes CR\$ 13.064.230.000,00

1.1- Receita Tributária CR\$ 1.378.700.000,00

1.2- Receita Patrimonial CR\$ 209.900.000,00

1.3- Receita Industrial CR\$ 6.000.000,00

1.4- Receita de Serviços CR\$ 18.000.000,00

1.5- Transf. Correntes CR\$ 11.079.715.000,00

1.6- Outras Receitas
Correntes..... CR\$ 371.915.000,00

2- Receitas de Capital CR\$ 4.127.770.000,00

2.1- Operações de Crédito
to CR\$ 4.008.000.000,00

2.2- Alienação de Bens . CR\$ 3.000.000,00

2.3- Transf. de Capital CR\$ 116.770.000,00

b) Administração Indireta ... CR\$ 2.490.909.600,00

Empresa Municipal de Serviços, Obras e urbanização - ESURB. Discriminado conforme orçamento anexo.

Art. 3º - O orçamento para o exercício de 1991 fixa a despesa em CR\$ 19.682.909.600,00 (Dezenove Bilhões, Seiscentos e Oitenta e Dois Milhões, Novecentos e Nove Mil e Seiscentos Cruzeiros)

ros), sendo CR\$ 17.192.000.000,00 (Dezessete Bilhões, Cento e Noventa e Dois Milhões de Cruzeiros) para a Administração Direta e CR\$ 2.490.909.600,00 (Dois Bilhões, Quatrocentos e Noventa Milhões, Novecientos e Nove Mil e Seiscentos Cruzeiros) para a Administração Indireta.

Art. 4º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos anexos da presente lei, que apresentam a composição por função, órgão, categorias de programação, categorias econômicas, conforme o seguinte desdobramento:

a) Administração Direta CR\$ 17.192.000.000,00

1 - Funções e Órgãos:

1.1- Legislativa CR\$ 300.000.000,00

Gabinete do
Prefeito CR\$ 300.000.000,00

1.2- Judiciária CR\$ 59.380.000,00

Secretaria de
Governo CR\$ 250.000,00

Procuradoria e
Consultoria Ju-
rídica CR\$ 59.130.000,00

1.3- Administração e
Planejamento... CR\$ 3.129.464.000,00

Gabinete do Pre-
feito CR\$ 95.352.000,00

Secretaria de
Governo CR\$ 137.190.000,00

Procuradoria e
Consultoria Ju-
rídica..... CR\$ 109.500.000,00

Auditoria Geral CR\$ 10.000.000,00

Secretaria de
Planejamento e
Coordenação ... CR\$ 347.362.000,00

Secretaria de
Administração CR\$ 1.546.824.000,00

Secretaria de
Fazenda..... CR\$ 675.325.000,00

Secretaria de
Serviços Urba-
nos..... CR\$ 24.246.000,00

Secretaria de
Desenvolvimen-
to Econômico . CR\$ 50.355.000,00

Secretaria de
Ação Social .. CR\$ 61.110.000,00

Secretaria de
Cultura,Esporte
Lazer e Turismo CR\$ 72.200.000,00

1.4- Agricultura... CR\$ 290.898.000,00

Secretaria de
Desenvolvimen-
to Econômico. CR\$ 290.898.000,00

1.5- Comunicações	CR\$	<u>7.390.000,00</u>
Secretaria de Ser		
viços Urbanos....	CR\$	7.390.000,00
1.6- Educação e Cultu-		
ra	CR\$	<u>3.413.850.000,00</u>
Secretaria de Edu		
cação	CR\$	3.088.162.000,00
Secretaria de Cul		
tura,Esporte, La-		
zer e Turismo ...	CR\$	325.688.000,00
1.7- Habitação e Urba-		
nismo.....	CR\$	<u>1.304.359.000,00</u>
Secretaria de Pla		
nejamento e Coor-		
denação.....	CR\$	54.000.000,00
Secretaria de Ser		
viços Urbanos....	CR\$	970.626.000,00
Secretaria de		
Obras.....	CR\$	10.000,00
Secretaria de		
Ação Social	CR\$	279.723.000,00
1.8- Indústria, Co-		
mércio e Serviços	CR\$	<u>88.475.000,00</u>
Secretaria de Ser		
viços Urbanos...	CR\$	48.133.000,00
Secretaria de De		
senvolvimento		
Econômico	CR\$	22.080.000,00

Secretaria de
Cultura,Espor
te,Lazer e Tu
rismo..... CR\$ 18.262.000,00

1.9- Transportes.. CR\$ 3.062.520.000,00

Secretaria de
Planejamento e
Coordenação.. CR\$ 2.552.200.000,00
Secretaria de
Serviços Urba
nos..... CR\$ 510.320.000,00

1.10- Saúde e Sanea
mento CR\$ 4.346.768.000,00

Secretaria de
Planejamento
e Coordenação CR\$ 3.589.900.000,00
Secretaria de
Serviços Urba
nos..... CR\$ 16.895.000,00
Secretaria de
Saúde CR\$ 739.973.000,00

1.11- Assistência e
Previdência
Social CR\$ 1.188.896.000,00
Secretaria de
Administração CR\$ 739.672.000,00
Secretaria de
Ação Social.. CR\$ 449.224.000,00

b) Administração Indireta CR\$ 2.490.909.600,00

Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização - ESURB. Discriminado conforme orçamento 'anexo.

TOTAL CR\$ 19.682.909.600,00

Art. 5º - Ficam fazendo parte integrante da presente lei os quadros anexos.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 30% (Trinta por Cento) da Despesa fixada nesta Lei, utilizando os recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentária, conforme o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 7º - Durante a execução orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, utilizando recursos provenientes de excesso de arrecadação, de acordo com o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito, nos termos do art. 165, § 8º e art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Art. 9º - O repasse dos recursos de dotações referentes a Transferências Intergovernamentais e Instituições Privadas, constantes deste orçamento, dependerão de autorização legislativa, ressalvadas aquelas já definidas e especificadas nos Quadros de Detalhamento de Despesas.

Art. 10 - O Poder Executivo, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação, acompanhará a execução orçamentária, atentando para o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício de 1991, no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e neste Orçamento.

Art. 11 - Esta Lei vigorará durante o exercício de 1991.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e cumprimento desta lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir, tão integralmente, como nela se contém e declara.

Montes Claros, 28 de Setembro de 1991.

Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE FINANÇAS
E DOCUMENTO
 EM _____ DE _____ DE 19____

 PRESIDENTE

SOMOS com a reunião,
 aqui em
 Gomes pela aprovação.
 Venendo Macedo

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
com anexo
 EM 22 DE novembro DE 1990

 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR
 EM 27 DE novembro DE 1990

 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR
com anexo
 EM 27 DE novembro DE 1990

 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A SANÇÃO
 EM 27 DE novembro DE 1990

 PRESIDENTE

b) Administração Indireta Cr\$ 2.490.909.600,00
Empresa Municipal de Ser-
viços, Obras e Urbaniza-
ção -ESURB. Discriminado
conforme orçamento anexo.

TOTAL..... Cr\$19.682.909.600,00

Art. 5º - Ficam fazendo parte integran-
te da presente Lei os quadros anexos.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autori-
zado a abrir créditos suplementares até o limite
de 30% (trinta por cento) da despesa fixada nesta
Lei, utilizando os recursos provenientes de anula-
ção parcial ou total de dotações orçamentárias, con-
forme o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da
Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 7º - Durante a execução orçamentá-
ria e mediante prévia autorização legislativa, pode-
rá o Poder Executivo abrir créditos suplementares,
utilizando recursos provenientes do excesso de arre-
cadação, de acordo com o Art. 43, § 1º, inciso II,
da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autori-
zado a realizar operações de crédito, nos termos do
Art. 165, § 8º e Art. 167, inciso III, da Constitui-
ção Federal.

Art. 9º - O repasse dos recursos de dota-
ções referentes a Transferências Intergovernamentais
e Instituições Privadas, constantes deste orçamento,
dependerão de autorização legislativa, ressalvadas
aquelas já definidas e especificadas nos Quadros de
Detalhamento de Despesas.

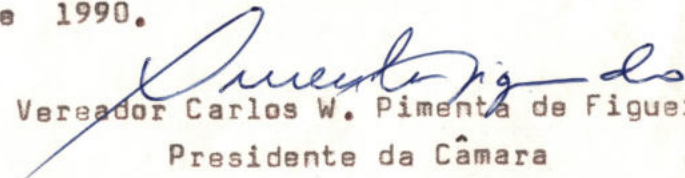
Art. 10- O Poder Executivo, através da Se-
cretaria de Planejamento e Coordenação, acompanhará a
execução orçamentária, atentando para o cumprimento
das metas estabelecidas para o exercício de 1991, no
Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias
e neste Orçamento.


Art. 11 - Esta Lei vigorará durante o exer-
cício de 1991.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em con-
trário.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades
a quem o conhecimento e cumprimento desta Lei perten-
cerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramen-
te como nela se contém e declara.

Câmara Municipal de Montes Claros, 28 de
novembro de 1990.


Vereador Carlos W. Pimenta de Figueiredo
Presidente da Câmara


Vereadora Marlene Tavares Cardoso
1ª Secretária

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Montes Claros, 28 de Setembro de 1990.

Ofício nº: GP/384/90

Senhor Presidente,

Tenho a grata satisfação de encaminhar à V.Exa., para exame e deliberação dessa egrégia Câmara Municipal, projeto de Lei que estabelece a previsão da Receita e fixa a Despesa do Município de Montes Claros para o exercício de 1991.

A proposta de Lei que ora submetemos a essa Casa Legislativa estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1991 em CR\$ 19.682.909.600,00 (Dezenove Bilhões, Seiscentos e Oitenta e Dois Milhões, Novecentos e Nove Mil e Seiscientos Cruzeiros) dos quais CR\$ 17.192.000.000,00 (Dezessete Bilhões, Cento e Noventa e Dois Milhões de Cruzeiros) destinados à Administração Direta e CR\$ 2.490.909.600,00 (Dois Bilhões, Quatrocentos e Noventa Milhões, Novecentos e Nove Mil e Seiscientos Cruzeiros) à Administração Indireta.

Cumpre destacar que a Proposta Orçamentária foi elaborada de conformidade com a legislação aplicável à matéria, abrangendo os dispositivos constitucionais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei nº 4.320/64 e a Lei Orgânica do Município.

Traz em seu bojo uma inovação metodológica que a diferencia sobremaneira das propostas anteriores. Trata-se da introdução na Administração Pública Municipal de uma nova metodologia de Planejamento que se inicia com as Diretrizes do Plano de Desenvolvimento do Município e o Plano Plurianual de Governo, refletindo diretamente no orçamento.

Importante ressaltar que tal processo de planejamento possibilitou a participação dos vários segmentos da Administração Municipal e da sociedade na elaboração da proposta, tornando-a participativa, democrática e realista. Além disso, procurou observar e seguir as metas prioritárias do Município, considerando sempre sua realidade, bem como a possibilidade de cumprir, criteriosamente, o plano previsto.

Acreditando que a Proposta Orçamentária que encaminhamos à V.Exa., será aprovada, sem restrições, eis que elaborada em consonância com os ditames constitucionais e legais, apresentamos-lhe e a seus dignos pares, os protestos de elevado respeito.

Cordialmente,

Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

José Gonzaga Pereira

MD. Presidente da Câmara Municipal de
Montes Claros - MG

NESTA.